

## Adoecimento Docente na pauta de discussão

**Encontro debate a precarização da saúde dos/as docentes diante do produtivismo que atinge também discentes e TAEs**

A ADUFLA – Seção Sindical promoveu no dia 8 de agosto um evento sobre o Adoecimento Docente dentro da atual conjuntura, com a participação da presidente do ANDES-SN, Eblin Farage, e a Presidente da Regional Nordeste I do ANDES, Sirliane Paiva, que integra o Grupo de Trabalho de Segurança Social e Aposentadoria (GTSSA).

### Conjuntura

Eblin Farage abriu a palestra apresentando um panorama da atual conjuntura política e econômica do país dentro do que ela considerou uma “crise estrutural do capitalismo mundial”. Com o recrudescimento das políticas neoliberais na busca da recuperação de um sistema que deixou de ser lucrativo, são os direitos conquistados com muita luta pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras que são covardemente atacados, a exemplo das reformas da Previdência e Trabalhista em curso no Brasil.

A presidente do Andes-SN traçou um paralelo entre a perda de direitos, as tentativas de privatização gradual das universidades públicas, a falta de estrutura e a mercantilização como fatores de pressão que fragilizam a saúde não só dos professores, mas de toda a comunidade acadêmica. “O Adoecimento docente não pode ser tratado como problema exclusivo dos professores, ele afeta também os técnicos-administrativos e os/as estudantes. O recente processo de expansão das universidades trouxe novos professores, técnicos e estudantes, mas não foi acompanhado de uma estruturação adequada. Existe uma sobrecarga em cima do professor, que não pode ser avaliada apenas pela sua presença em sala de aula, mas pelo tempo de preparação, de pesquisa e extensão, que formam o tripé da universidade, dentro do preceito básico de produzir conhecimento. Não podemos ter como referência apenas o produtivismo”, enfatizou Eblin.

### Adoecimento

Sirliane Paiva abordou diretamente a questão do adoecimento e também destacou que trata-se de um problema que afeta toda a comunidade acadêmica. Segunda ela, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) apontou que a carreira docente é uma das mais desgastantes, sendo considerada de altíssi-



**Palestra sobre adoecimento nas universidades reuniu representantes do Andes-SN, Sind-UFLA, APG e Adufla no Centro de Convivência no início de agosto**

mo risco físico e mental, algo que se agrava com a lógica da precarização do trabalho na visão produtivista que predomina cada vez mais nas universidades brasileiras. “Mudanças como a regulamentação dos contratos de trabalho, a flexibilização, a terceirização aprovada agora até mesmo para as atividades fins, além da falta de infraestrutura adequada, causam uma profunda instabilidade nos professores, que não conseguem produzir qualitativamente. Soma-se a isso, a precarização social causada pela perda de direitos, que afeta também as relações pessoais. A produtividade, cria um ambiente de competição individualizada, onde a preocupação é salvar a própria pele e esta não é a visão de uma universidade”, ressaltou Sirliane.

A presidente da Regional Nordeste lembrou de outro lado obscuro dessa relação professor/trabalho que é a discriminação em relação àqueles docentes que não se rendem ao produtivismo. “Os professores que priorizam a sala de aula, que não focam na pesquisa, na produção, também adoecem, e pior, sofrem assédio moral e são taxados de incapazes, mesmo com doutorado, pós-doutorado, como se a sala de aula e a extensão não tivessem valor. Sempre houve cobrança na carreira docente, desde o seu ingresso. Mas não da forma como é hoje, uma cobrança excessiva pela produção, onde o professor tem que ser polivalente, escrever artigos, fazer pesquisa, e tudo mais para manter as estatísticas do governo. Igual nas agências de fomento, onde a cobrança pela

produção também é excessiva”, detalhou.

Sirliane destacou que há anos o ANDES tenta mapear a questão do adoecimento docente, o que se torna difícil dado a dificuldade de diagnósticos precisos, já que em muitos casos são questões que afetam o emocional dos docentes, e isso é difícil de ser mensurado. Recentemente, a entidade lançou uma cartilha orientando as Seções Sindicais sobre como realizar esse levantamento nas bases para que se tenha um quadro real do problema.

### UFLA

Em sua fala, o presidente da Adufla, Prof. Francisval de Melo Carvalho, lembrou que na UFLA existem situações onde a estrutura não é a mais adequada, com algumas salas com 100 alunos, o que gera uma sobrecarga no docente, compromete o processo de ensino-aprendizagem e acaba afetando o próprio aluno.

Francisval alertou sobre o agravante do modelo de quantificação apresentado pela direção da UFLA que vem causando divergência. “A proposta de quantificação do trabalho docente na UFLA gera ainda mais pressão pelo fato de haver um desequilíbrio na pontuação, onde se valoriza certas áreas em detrimento de outras. Isso gera mais cobrança em cima do professor, que acaba sem motivação para o trabalho, e isso é preocupante”, enfatizou o presidente da Adufla.

Editorial “Antes lutávamos pelo salário, agora temos que lutar pelo emprego” ..... (Página 2)

Para onde vai o dinheiro dos fundos de pensão?..... (Página 3)

Evento discute o agravamento da crise nas universidades públicas..... (Página 4)

Encontro Jurídico: representantes da Aroeira & Braga Advogados participaram de evento na UFLA.....(Página 5)

Fórum Municipal de Lutas..... (Página 6)

**EDITORIAL: “Antes lutávamos pelo salário, agora temos que lutar pelo emprego”**

Essa foi uma frase marcante dita pelo representante da FASUBRA Rogério Marzola em sua apresentação no evento “O agravamento da crise nas universidades públicas”, realizado pelo Sindufila com a participação da Adufla. O sindicalista apresentou o cenário desafiador que temos de enfrentar, e que se mostra cada vez mais palpável e preocupante. Na greve contra o congelamento dos gastos do Governo Federal por 20 anos a ameaça à universidade pública era um tema central, pois o congelamento implicava em graves prejuízos ao financiamento e aos salários dos/as docentes. Mesmo assim, foi difícil mobilizar as categorias que até então estavam preparadas apenas para a luta salarial.

Com os diversos ataques ao financiamento das universidades públicas que já sofrem com sucessivos cortes para a sua manutenção e expansão, somado aos ataques a direitos trabalhistas, como a terceirização de atividades fins, por exemplo, o quadro de desmonte do Estado e, especificamente, da universidade pública encontra-se acelerado.

Na medida em que avançam os ataques, observamos ainda a baixa ou nenhuma reação dos servidores públicos, e com isso, o governo ganha mais força para ir além, como é o caso dos balões de ensaio noticiados dia após dia.

Várias são as medidas aventadas e/ou já efetivadas que atacam diretamente a carreira docente:

- o Plano de Demissão Voluntária, que já está valendo como medida provisória 792 de 26 de julho de 2017, é um ponto a ser destacado neste desmonte;

- a redução da jornada de trabalho (de 40 horas DE para 40 horas sem DE ou para 20 horas), presente na mesma MP, com respectiva redução de salários;

- o aumento da contribuição para a previdência de 11 para 14%, já aprovado nos estados Rio de Janeiro, Ceará e Piauí e aventado para o serviço público federal;

- a redução das férias dos professores federais, passando de 45 para 30 dias;

- o congelamento das progressões e promoções na carreira, em função do contingenciamento de recursos, possibilidade expressa na resposta oficial do Governo à nossa Campanha Salarial de 2017;

- e a pendente Reforma da Previdência, ainda em pauta no congresso nacional, que agora está associada à campanha contra os privilégios dos servidores públicos.

Como se não bastasse, vemos ainda a ameaça de extinção da pesquisa e da produção de conhecimento a partir da restrição das verbas do CNPq e da Capes, ameaçando até ao pagamento de bolsas de estudo de toda sorte, uma vez que os recursos para apoio à pesquisa estão praticamente zerados, conforme demonstra o gráfico abaixo apresentado pelo próprio CNPq.

O endividamento público brasileiro é notório e o esquema conhecido como Sistema Fraudulento da Dívida Pública nunca esteve mais forte, nos levando perigosamente para os níveis gregos de endividamento e justificando medidas de austeridade como a redução de salários de servidores públicos. Por isso, vemos com muita preocupação a presença da gratificação de Retribuição de Titulação, a RT, que constitui praticamente o dobro da nossa remuneração básica, que pode ser retirada ou diminuída a qualquer momento, sob a justificativa de corte de despesas como ocorreu na Grécia. Considerando o cenário atual é importante destacar conquistas anteriores realizadas a partir das greves, que diminuíram essa vulnerabilidade, como é o caso da incorporação da GAE e GED, mudando muito a nossa remuneração básica, e como é o caso da nova passagem a titular que reduz riscos de criação de classes intermediárias prejudicando ativos e aposentados, além de muitos outros exemplos. Mais importante ainda destacar que a luta histórica do Andes-SN pela linha única de remuneração no contracheque mantém-se atual e urgente.

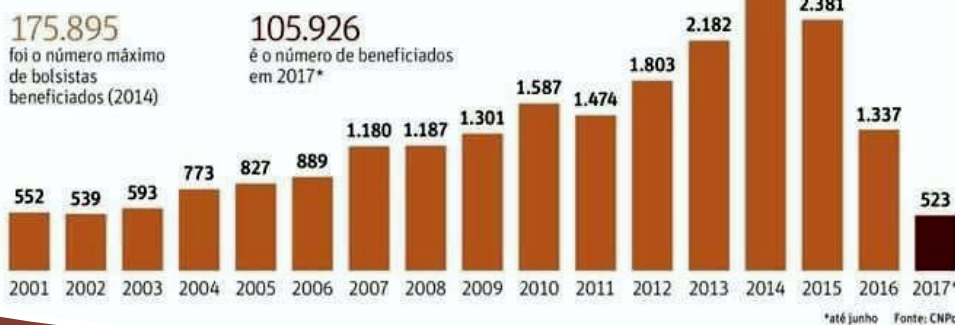
Como já dispomos no início do texto, enfrentamos um novo cenário de avanço agressivo do desmonte do Estado, agravado pela falta de vontade de luta dos/as docentes associado ao maior enfrentamento aos movimentos reivindicatórios por parte do Governo, e endossado por alguns Administradores locais (vide ameaças de corte de ponto no último movimento grevista).

Se não nos mobilizarmos, podemos presenciar os últimos momentos da universidade pública e de nossos empregos nos patamares como se encontram, com dramática precarização do trabalho e drástica redução de poder de compra com salários e aposentadorias aviltados.

Professoras e professores não podem ver esta como uma luta da esquerda ou da direita, mas senão uma luta de trabalhadores/as pelos seus empregos dignos e por um país minimamente civilizado.

**MENOS RECURSOS**

Série histórica do orçamento do CNPq, de 2001 a 2017, em R\$ milhões



**ERRATA**

Na edição de julho do Jornal da Adufla, na matéria sobre os 50 anos da entidade, erramos ao apontar que o docente entrevistado, Prof. Ruy Carvalho, estivesse aposentado, o que não procede. Prof. Ruy Carvalho está em pleno exercício de suas funções no Departamento de Química (DQI). Pedimos desculpas pelo equívoco

**NOTA DA REDAÇÃO**

Na edição de julho do Jornal da Adufla, na matéria “Universidades Federais pedem socorro Brasil afora”, anunciamos que seria publicado artigo sobre a situação do orçamento da UFLA. Porém, até o momento, não obtivemos resposta à nossa solicitação sobre os balanços/informações de 2016 e 2017 junto à direção da universidade via Departamento de Comunicação da UFLA. Continuaremos insistindo por maior transparência na gestão.

**- AGENDA ANDES -**

01/03 de setembro - SÃO PAULO-SP

Reunião da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas

Local: Novotel Jaraguá (Rua Martins Fontes, 71 - Centro - São Paulo - SP)

Promoção: CSP-Conlutas

07 a 09 de setembro - MOSSORÓ-RN

Abertura do XV Encontro Nacional do Setor das IEES/IMES do ANDES-SN com o tema “Financiamento, Autonomia e Democracia”

Promoção: ANDES-SN

15 a 17 de setembro - BRASÍLIA-DF

Reunião da Diretoria do ANDES-SN

Promoção: ANDES-SN

**Expediente**

JORNAL DA ADUFLA: INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS - SEÇÃO SINDICAL

Diretoria - Gestão 2017 e 2018

Presidente - Francisval de Melo Carvalho – DAE

Vice-presidente - Amanda Castro Oliveira – DEX

1º secretário - Roberto Alves Braga Jr. – DEG

2º secretário - Gustavo Costa de Souza – DAE

1º tesoureiro - Marcelo de Carvalho Alves – DEG

2º tesoureiro - Gustavo Seferian S. Machado – DIR

Conselho Deliberativo

Luiz Antônio de Bastos Andrade – DAG

Giovana Augusta Torres – DBI

José Monserrat Neto – DCC

Joelma Pereira – DCA

Lizzy Ayra Alcântara Veríssimo – DCA.

Suplentes

Gabriela Cristina Braga Navarro – DIR

Joel Yutaka Sugano – DAE

Campus da UFLA, Lavras -MG

CEP 37200-000 - (35) 3829 1167

adufila@adufila.ufla.br

Jornalista responsável Adriano Salgado (Ip06962)

Gráfica Novo Horizonte - Lavras-MG / Tiragem 1.000 exemplares



## Aposentadoria

# Para onde vai o dinheiro dos fundos de pensão?

Desvio de recursos para benefício ilícito, investimentos em ações por interesses políticos, falência de fundos, aumento arbitrário da alíquota de contribuição. Estes, e outros problemas, têm sido recorrentes nos mecanismos de funcionamento dos Fundos de Pensão – modalidade fechada da Previdência Privada. Com isso, direitos sociais são especulados na roleta do mercado e o dinheiro retirado do salário dos trabalhadores faz um longo percurso, sendo usado para aquecer o sistema financeiro ou como moeda de troca de favores em casos de corrupção e compra de favores, sem nenhuma garantia de retorno do investimento feito

### Para onde vai o dinheiro?

A Previdência privada brasileira, seja ela aberta ou por meio de Fundos de Pensão, investe o dinheiro da aposentadoria dos trabalhadores de duas formas: comprando títulos públicos ou comprando ações de empresas. Fundos de Pensão, como Petros, Postalis, Funcef (da Caixa Econômica) e Funpresp (dos servidores públicos federais), por exemplo, compram ações de grupos como JBS-Friboi, EBX, etc. Esse dinheiro, que entra nos grandes grupos empresariais por meio da compra de ações, tem um custo baixíssimo para as empresas. Em troca, as empresas dão, aos fundos, títulos que garantem direito a uma parte de seus lucros futuros.

“Isso é um grande risco para os trabalhadores, porque os lucros são futuros, e do futuro não há controle. A Previdência privada está entregando o dinheiro poupado pelos trabalhadores para que se torne capital desses grandes grupos empresariais. Entregando esse dinheiro sem custo algum. Se a empresa quebrar, os trabalhadores ficarão sem receber, e o capitalista que pegou esse dinheiro não paga juros altos. Só vai pagar, como remuneração do papel, uma parte eventual do lucro que possa ter. Então, os capitais encontraram, com a Previdência, uma forma de pegar grandes quantidades de dinheiro sem pagar os juros por isso. Se eles fossem pagar um empréstimo no banco, por exemplo, teriam que pagar o preço pelo dinheiro, ou seja, juros altos”, critica Sara Granemann.

“Do ponto de vista dos trabalhadores, esse modelo tem muitos riscos, porque se não houver a lucratividade prometida – se acontecer uma crise, uma denúncia de corrupção com delação premiada, como ocorreu recentemente, eles podem perder o dinheiro. É dinheiro barato para o capital e risco para o trabalhador”, completa a docente da UFRJ.

A outra forma de investimento da Previdência

privada é a compra de títulos públicos. Cada vez que esses títulos têm sua venda autorizada pelo Estado, eles se tornam títulos da dívida pública. “Cada vez que um Fundo de Pensão ou um plano de Previdência privada aberta compra títulos públicos, para que o Estado possa honrar a taxa de juros – uma das maiores do mundo – desses títulos, é necessário desmontar o estado social e reduzir direitos sociais. Com isso, retiram dinheiro da educação, fazem ajustes fiscais, como a Emenda Constitucional (EC) 95 do Teto de Gastos, etc. Se o Estado não fizer isso, os títulos não serão ‘confiáveis’. Por isso, costumo dizer que a Previdência privada é ruim quando dá certo e ruim quando dá errado”, explica Sara Granemann.

### Luta contra o Funpresp

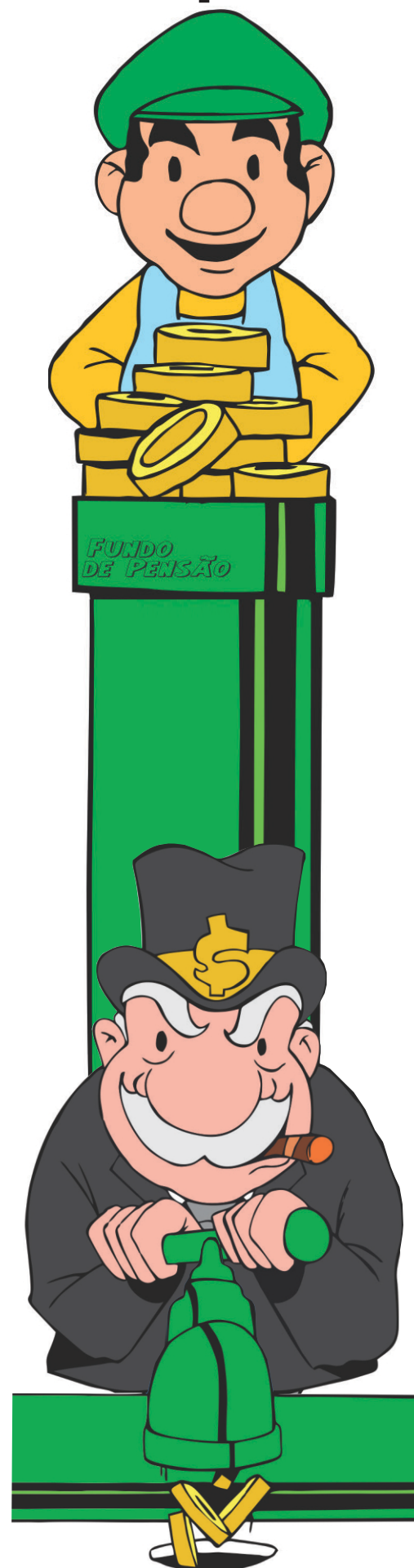
O ANDES-SN tem lutado durante os últimos anos contra a Previdência privada e, especificamente no caso da categoria docente, contra a criação de Fundos de Pensão por parte dos governos federal, estaduais e municipais. O Funpresp, fundo criado para os servidores do poder executivo federal, entre eles os docentes federais, é alvo de uma grande campanha do Sindicato Nacional, chamada “Diga Não Ao Funpresp”. Além da produção de uma cartilha, a entidade ingressou no Supremo Tribunal Federal (STF) como Amicus Curiae na Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra a adesão automática dos servidores.

Uma das principais críticas do Sindicato ao Funpresp é em relação aos riscos que o dinheiro da aposentadoria dos docentes podem sofrer por conta do investimento desses valores no sistema financeiro. A própria ficha de adesão dos servidores ao Funpresp explicita esses riscos, ressaltando que quem adere ao fundo declara “estar ciente de que investimentos e aplicações financeiras estão normalmente expostos a riscos de mercado, bem como de que a rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros”.

Sara Granemann, docente da UFRJ, reforça a crítica ao Funpresp. “O que essa ficha quer dizer? Quer dizer que a Previdência privada pode ter tido no passado muito rendimento mas isso não significa nada para a aposentadoria. Não há garantia a qualquer sobre rentabilidade futura. Eles colocam isso na ficha para não haver contestação jurídica. Você tem que assinar dizendo que sabe que tudo que poupa pode virar pó. Se as pessoas lessem e refletissem, não compravam o plano”, afirma.

**Fonte: InformANDES Nº 72/Julho 2017**

**Artigo na íntegra**





**CONTROLE FINANCEIRO - JUNHO/ 2017**

**Despesas Clube**

Funcionários	R\$23.120,33
Contas Fixas	R\$ 2.701,57
Material de Consumo	R\$ 1.542,44
<b>Material de Reforma</b>	
Material Esportivo	R\$ 835,82
Manutenção Piscina e Sauna	R\$ 3.500,00
Manutenção Geral	R\$ 3.223,50
Evento Decorativo	R\$ 305,35
Evento Alimentação	R\$ 200,00
Evento Escalação Func.	R\$ 200,00
Evento Musico	R\$ 1.100,00
	<b>R\$36.729,01</b>

**Despesas Escritório**

Funcionários	R\$ 7.504,10
Faxina	R\$ 486,70
Contas Fixas	R\$ 1.113,75
Material de Papelaria/Gráfica	R\$ 389,60
Material e Manut. Informática	R\$ 200,00
<b>Material de Consumo</b>	
Manutenção Café	R\$ 382,30
Manutenção Geral	
Estagiárias	R\$ 747,37
Sigepe Anuidade	
Caixa Fixo	R\$ 300,00
	<b>R\$12.432,24</b>

**Despesas Gerais**

Contador	R\$ 1.190,00
FGTS, DARF, GPS	R\$10.816,73
Seguro de Vida	R\$ 1.357,92
Unimed	R\$ 4.985,38
Contrib. Sindical	R\$ 149,34
Correios	R\$ 1.057,55
Tarifas Bancárias	R\$ 494,15
	<b>R\$20.051,07</b>

**Despesas Sindicais**

Andes	R\$ 9.353,98
Advogado BH	R\$ 2.796,98
Advogado Lavras	R\$ 937,00
Diárias	R\$ 1.410,10
<b>Jornal Impressão/Agendas</b>	
<b>Ressarcimento</b>	
<b>Passagem/Hotel</b>	
Despesas diversas	R\$ 1.655,56
Diligência	R\$ 496,38
	<b>R\$16.650,00</b>

<b>Clube</b>	<b>R\$36.729,01</b>
<b>Escritório</b>	<b>R\$12.432,24</b>
<b>Gerais</b>	<b>R\$20.051,07</b>
<b>Sindicais</b>	<b>R\$16.650,00</b>
	<b>R\$85.862,32</b>

# Evento discute o agravamento da crise nas universidades públicas

Evento realizado no Centro de Convivência da Ufla pelo Sindicato dos Servidores Técnicos Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino de Lavras (Sind-UFLA), com a participação de representantes da Fasubra, Rogério Marzola, da Adufla, professor Gustavo Costa, do DAE-Ufla, dos discentes Diogo Oliveira Camata, representando o DCE e Rafael Couto Rosa de Souza, pela APG-UFLA, debateu junto à comunidade acadêmica o agravamento da crise financeira nas universidades públicas brasileiras.

Durante o encontro, mediado pelo técnico Euzébio Luiz Pinto, os interlocutores das entidades presentes detalharam a gravidade da situação enfrentada pelas universidades públicas devido aos cortes no orçamento feitos pelo governo de Michel Temer e por alguns governos estaduais, como o do Rio de Janeiro. Algumas universidades divulgaram previsão de suspensão das atividades devido à falta de recursos para custeio e pagamento de salários, a exemplo da Universidade Estadual do Rio de Janeiro



O professor Gustavo Costa, representando a Adufla, durante sua fala no debate realizado no Centro de Convivência.

(UERJem que o segundo semestre letivo de 2017 foi suspenso pelo conselho de diretores da universidade, em 31 de julho.

Em sua fala, o professor Gustavo Costa apresentou um balanço da situação de algumas instituições federais até aquela data, num quadro sombrio em relação à falta de dinheiro para o pagamento de serviços básicos, como água e energia elétrica, dos salários dos funcionários terceirizados e para a aquisição de materiais e conservação. Isso sem falar nos cortes para os projetos de extensão e das bolsas de pesquisas, o que pode jogar por água abaixo anos de trabalho.

Durante o evento foi aberta a fala para a participação do público presente, o que enriqueceu ainda mais o debate.

## Colônia de Férias no Clube de Campo da Adufla

A Colônia de Férias da Adufla foi um sucesso, com 65 crianças agrupadas nas faixas de 4 a 6 anos, de 7 a 10 anos e de 11 a 14 anos, sendo 54 sócias e oito não sócias e três bolsistas (carentes). Na programação, muitas brincadeiras, atividades esportivas, oficinas e jogos que tiveram a proposta de valorizar os espaços lúdicos, as atividades interdisciplinares, culturais e artísticas, aproveitando ao máximo o tempo com as crianças.

A equipe de profissionais coordenada pela professora de Educação Física Gislaine de Fátima Geralo contou com onze monitores qualificados e com experiência em atendimento infantil, entre professores de Educação Física, de natação, futsal, ballet, monitores de creche e personal. De acordo com o presidente do Clube de Campo, professor Carlos Magno, a Colônia de Férias transcorreu da melhor maneira possível. “Foi tudo muito bom, sem sobressalto algum, num ambiente seguro onde as crianças se divertiram com as mais variadas atividades, além de um lanche super gostoso para repor as energias. Com certeza todos se divertiram muito e saíram com aquele gostinho de quero mais”, destacou Carlos Magno.





## Encontro Jurídico

# Representantes da Aroeira & Braga participam de palestra na UFLA

Durante Encontro Jurídico promovido pela Adufla no dia 04/08/2017, no Anfiteatro do Depto. De Ciências Humanas (DCH), os advogados Dr. Carlos Frederico Gusman e Dra. Conceição Carreira, da Aroeira & Braga (BH), discorreram sobre a gênese autoritária do direito administrativo, que mesmo tendo se consolidado após a Revolução Francesa, decorreu de produção do Conselho de Estado, órgão integrante do executivo e que, por isso, não estava vinculado à produção legislativa. E a partir deste contexto, chegaram aos dias atuais, em especial, à prática do direito administrativo na universidade. Para aqueles que não tiveram a oportunidade de participar do evento, a Adufla disponibilizou o áudio completo da preleção dos assessores jurídicos em sua página oficial no Facebook.

### Legalidade estrita e autoritarismo

Aos interessados, sugerimos a leitura de artigo que auxiliou nas formulações apresentadas pelos palestrantes. Trata-se de texto do prof. Gustavo Binenbojm, com o título de “Uma Teoria do Direito Administrativo”, disponível na internet, e de leitura acessível aos que não possuem formação jurídica.

O artigo traz dois tópicos que foram abordados durante a palestra que merecem destaque especial. O primeiro deles é o art. 13 da lei n. 8112/90, assim redigido:

“ Art. 13. A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei.

§ 1o A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97).

§ 2o Em se tratando de servidor, que esteja na data de publicação do ato de provimento, em licença prevista nos incisos I, III e V do art. 81, ou afastado nas hipóteses dos incisos I, IV, VI, VIII, alíneas "a", "b", "d", "e" e "f", IX e X do art. 102, o prazo será contado do término do impedimento. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97).

§ 3o A posse poderá dar-se mediante procuração específica.

§ 4o Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97).

§ 5o No ato da posse, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

§ 6o Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no § 1o deste artigo.”

O núcleo da cabeça do artigo transcrito é a



Dra. Conceição Carreira e Dr. Carlos Frederico Gusman, da Aroeira & Braga, durante palestra em evento promovido pela ADUFLA no início de agosto



expressão “que não poderão ser alterados por qualquer das partes.” No entanto a jurisprudência, aí incluída a do STF, ignora totalmente aquele comando, repetindo sempre o mantra de que o servidor não tem direito a regime jurídico, para validar condutas administrativas consistentes em retirar vantagens dos agentes públicos, com agravamento das condições funcionais, como nas sucessivas e vindouras reformas previdenciárias.

O segundo aspecto consiste no vício administrativo de desconhecer o contido no art. 2º, parágrafo único, I, da Lei 9784/99, que impõe ao poder público atuar conforme a lei e o Direito.

Não há dicotomia entre lei e Direito, mas sim complementariedade. Qualquer resposta da Ufla a requerimento dos servidores, quase invariavelmente negativos, começa por invocar o princípio da legalidade, para em seguida, apoiar-se em atos normativos (orientações, portarias, notas técnicas), seguidos como se fossem textos revelados, de forma totalmente acrítica, quando a função dos regulamentos

é tão somente a de dispor sobre a fiel execução da lei, não podendo criar ou restringir direitos.

A atuação conforme o direito significa que o olhar do administrador não deve estar limitado pela lei somente, mas sim por todo o ordenamento jurídico, com especial ênfase para a Constituição da República.

Esta ótica constitucional nunca é encontrada nos pronunciamentos administrativos que se utilizam do princípio da legalidade como se fosse o único ou principal a ser respeitado pelo administrador. E o mais curioso e paradoxal de tal conduta é que a invocação à legalidade é efetuada para desrespeitá-la, ao serem aplicados atos normativos extrapoladores da função regulamentar. Neste sentido, é oportuna a leitura do art. 2º da Lei n. 9784/99 e do art. 37 da Constituição Federal, para serem conhecidos os princípios reitores da administração pública, que vão muito além da miopia conveniente de somente divisar, e de forma distorcida, o princípio da legalidade.



## Fórum Municipal de Lutas

# Coletivo de entidades de classe e movimentos sociais continua mobilizado

Nesses cinco meses de mobilização, o Fórum Municipal de Lutas, do qual entidades representativas (Adufla, Sindufra e APG) e estudantes da UFLA fazem parte, manteve sua regularidade de reuniões semanais para implementar uma agenda local e nacional que é divulgada na página do Facebook “Lavras em defesa dos direitos”. Confira as principais ações do Fórum:

### Abril

- Exposição de outdoor pela cidade denunciando as reformas.

- Dia 28 (Greve Geral): Ato na Praça dos Trabalhadores e caminhada até a Praça Augusto Silva, com carro de som e panfletagem. Os bancos públicos e alguns comerciantes fecharam as portas em apoio à Greve.

### Maio

- No 1º de Maio: Panfletagem no Mercado Municipal e na Praça Dr. Augusto Silva durante eventos da Programação da Secretaria de Cultura da Prefeitura de Lavras.

- Dia 05/05: Participação no debate com deputado federal Reginaldo Lopes na UFLA sobre reforma da previdência.

- Dia 08/05: Participação no debate com Beatriz Cerqueira (Sindute/CUT-MG) sobre conjuntura atual e reformas na E. E. Firmino Costa.

- Dia 10/05: Aprovação e envio de documento de apoio à Assistência Social INSS.

- Dia 18/05: Debate público na Praça Augusto Silva. “O TEMER VAI CAIR, E AGORA?” Participação na Conferência de Cultura, com fala sobre o trabalho do Fórum.

- Dia 24/05: Caravana a Brasília para o Ato Ocupa Brasília.

- De 29/05 a 01/06: participação na 4ª Jornada Universitária em defesa da Reforma Agrária (JURA) na UFLA. Coleta de assinaturas para Audiência Pública por eleições gerais e revogação de todos os atos do governo Temer.



Seminário realizado pelo Fórum do dia 05/08, “Energia para saúde, educação e desenvolvimento”

### Junho

- Dia 07/06: Participação no Ato Público dos Servidores Municipais pela pauta da categoria e em protesto ao corte de ponto no dia da Greve Geral de 28/04.

- Dia 27/06: Atos na porta da COFAP (11 a 13h e 18 a 20h) com vídeos, entrega de material e diálogo com os metalúrgicos. Coleta de assinaturas para Audiência Pública por Eleições Gerais e revogação de todos os atos do governo Temer.

- Dia 28/06: Participação em programa de entrevista da Rádio Cultura AM sobre a Greve Geral do dia 30

- Dia 29/06: Participação em programa de entrevista da Rádio Universitária FM sobre a Greve Geral do dia 30.

- Dia 30/06 - Greve Geral: Participação do ato em Varginha, debate na UFLA e exposição de faixas com contra as reformas e Fora Temer no campus.

### Julho

- Dia 26/07: Realização do debate com Prof. de Direito do Trabalho, Gustavo Seferian Scheffer Machado: “A reforma trabalhista passou: estamos

todos acabados?”.

### Agosto

- Dia 02/08: Participação no debate “O agravamento da crise na Universidade Pública” organizado pelo Sindufra, com palestra de diretor da Fasubra e da Adufla-S.Sind; Participação no debate “Orçamento público e reforma da previdência: as mulheres na mira do golpe” com a especialista Júlia Lenzi Silva

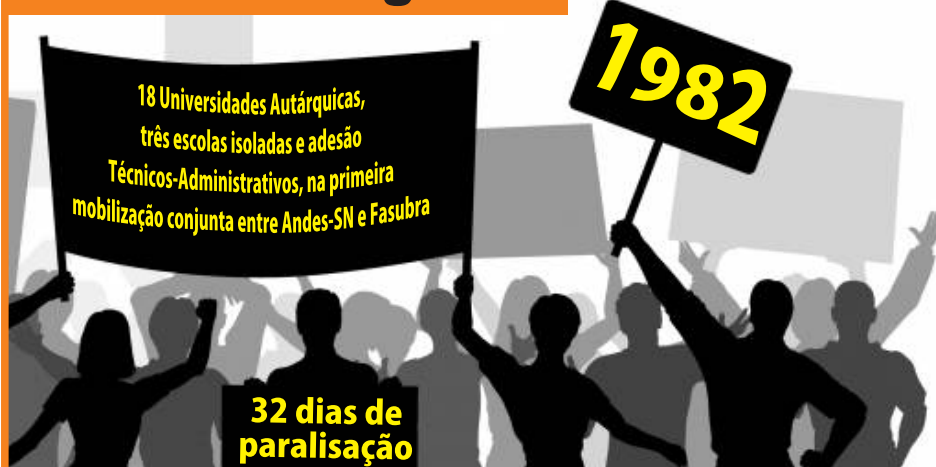
- Dia 05/08: Realização do Seminário Regional “Energia para saúde, educação e desenvolvimento” com participação de militantes de Cana Verde, Perdões e Campo Belo para discutir a ameaça de privatização das usinas hidrelétricas de Minas Gerais e definir ações para mobilização popular.

- 08/08: Participação no debate “Adoecimento docente na conjuntura atual” promovido pela Adufla.

- 08 a 10/08: Participação na Conferência Municipal de Promoção à Igualdade Racial.

- 18/08: Participação no ato na usina hidrelétrica de Miranda, Indianópolis-MG, contra a privatização das usinas, pela redução das tarifas e pela criação de um fundo social com os lucros da estatal.

## Histórico das greves



## Reivindicações

- Reposição de 23,8%;
- Reajuste semestral, pelo índice da inflação;
- Direitos iguais para estatutários e Celetistas;
- Reestruturação das Ifes, com base na proposta do Andes-SN.

## Resultados

- Recuo do governo na implantação do ensino pago nas Ifes e na transformação das autarquias em fundações